

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.434.362 - RS (2019/0015967-2)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : JOSE RODRIGUES
ADVOGADOS : LUCILA CONTINI BALBINOT E OUTRO(S) - RS067595
MATEUS BALBINOT - RS082610

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado interposto pelo **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**, contra decisão que não admitiu recurso especial, em face da incidência da Súmula 83/STJ, na medida em que o acórdão recorrido guarda sintonia com a jurisprudência desta Corte, quanto à possibilidade da execução de valores referentes a período entre o pedido do primeiro benefício reconhecido judicialmente e o deferimento do segundo benefício, na via administrativa, nos termos da jurisprudência deste Tribunal.

A parte agravante sustenta, em síntese, descon sideração da alegação de violação ao art. 1.022 do CPC; que a súmula 83/STJ não seria aplicável a recurso especial interposto pela alínea "a" do permissivo constitucional; e que a jurisprudência citada está superada por precedente do Eg. Supremo Tribunal Federal - **RE-RG N. 661.256/SC (TEMA 503)**, que afastou a possibilidade de desaposentação.

É o relatório.

Conforme jurisprudência desta Corte, é aplicável a Súmula 83/STJ ("Não se conhece do Recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido de decisão recorrida.") também aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.

Nesse mesmo sentido, confirmam-se:

PREVIDÊNCIA PRIVADA. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA 83 DO STJ. RECURSO ESPECIAL PELA ALÍNEA "A". PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. SÚMULA 291/STJ. 1. A jurisprudência do STJ entende que a Súmula 83 não se restringe aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados

na alínea "a". 2. "A prescrição quinquenal prevista na Súmula do STJ/291 incide não apenas na cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria, mas, também, por aplicação analógica, na pretensão a diferenças de correção monetária incidentes sobre restituição da reserva de poupança, cujo termo inicial é a data em que houver a devolução a menor das contribuições pessoais recolhidas pelo associado ao plano previdenciário". Entendimento consolidado no REsp 1111973/SP, submetido ao rito dos recursos repetitivos (CPC, art. 543-C).

Nessa perspectiva, verifica-se que o inconformismo nem sequer ultrapassa a barreira do conhecimento, pois não foi impugnado todos o motivo adotado pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial. No caso, como o recurso especial foi inadmitido tendo por base a Súmula 83/STJ, caberia ao recorrente demonstrar que o entendimento jurisprudencial não está pacificado no mesmo sentido do acórdão recorrido, ou, ainda, que o precedente não se aplicaria ao caso dos autos. Nesse sentido: **AgRg no REsp 1.254.077/SP**, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 11/11/2011.

Em outras palavras, o agravo deixou de rebater, de modo específico, o fundamento adotado pela decisão agravada, o que atrai a incidência, por analogia, da Súmula 182/STJ ("*É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida.*").

Essa foi a linha de entendimento recentemente confirmada pela Corte Especial do STJ, na assentada de 19 de setembro de 2018, ao julgar o **EAREsp 701.404/SC** e o **EAREsp 831.326/SP** (acórdãos pendentes de publicação).

Diante do exposto, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, **não conheço** do agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator